

## “NO A LA REFORMA LABORAL INJUSTA COM LOS TRABAJADORES Y LAS TRABAJADORAS<sup>1</sup> (...): um breve estudo de caso dos eventos de protesto contra as reformas laborais em Portugal e Espanha<sup>2</sup>.

Andressa Brito Vieira<sup>3</sup>

### RESUMO

A partir da Crise de 2008, uma onda de protestos eclodiu, questionando as medidas de austeridade adotadas pelos governos para salvar o Capitalismo. Considerando fundamental as resistências realizadas pelos trabalhadores e demais sujeitos, este trabalho faz parte das atividades de pesquisa para a tese de doutorado da autora. Objetiva-se produzir um estudo de caso dos protestos contra as Reformas Trabalhistas, na Espanha e em Portugal em 2012. Especificamente, pretende-se: apresentar o contexto político-econômico que interferira na ação dos movimentos; identificar movimentos sociais e segmentos sociais participantes; descrever o repertório de ação utilizado; elencar os resultados desses protestos. Metodologicamente, realizou-se: revisão bibliográfica; e inventário de materiais. Para problematizar as questões utilizou-se a literatura sobre crise do capitalismo, austeridade e movimentos sociais. Observou-se que: em quase todos esses países os governos eram de centro-direita; os protestos foram organizados majoritariamente pelo movimento sindical; utilizaram um repertório tradicional de ação.

**Palavras-chave:** 1.eventos de protesto; 2. Reforma trabalhista; 3. movimentos sociais

### ABSTRACT

From the 2008 Crisis, a wave of protests broke out, questioning the austerity measures adopted by governments to save Capitalism. Considering fundamental the resistances carried out by workers and other subjects, this work is part of the research activities for the author's doctoral thesis. The objective is to produce a case study of the protests against the Labor Reforms, in Spain and Portugal in 2012. Specifically, it is intended to: present the political-economic context that interfered in the action of the movements; identify social movements and participating social segments; describe the action repertoire used; list the results of these protests. Methodologically, the following were carried out: bibliographical review; and material inventory. To problematize the issues, literature on the crisis of capitalism, austerity and social movements was used. It was observed that: in almost all these countries the governments were center-right; the protests were

<sup>1</sup> Trecho retirado da frase “No a la reforma laboral injusta com los trabajadores y las trabajadoras, ineficaz para la economía, inútil para el empleo” utilizada em cartazes nos eventos de protesto na Espanha.

<sup>2</sup> Este trabalho é um recorte do trabalho “Radiografia dos eventos de protesto contra as Reformas trabalhistas: uma breve análise sobre Portugal, Espanha, França e Argentina”, apresentado pela autora no 21º Congresso Brasileiro de Sociologia (2023).

<sup>3</sup> Unicamp; doutoranda em Ciências Sociais; andressa\_brito5@hotmail.com.

mostly organized by the trade union movement; used a traditional action repertoire.

**Keywords:** 1. protest events; 2. labor reform; Keyword 3. social movements

## 1 INTRODUÇÃO

Os efeitos sociais e políticos da crise capitalista global de 2008, estabeleceu um confronto político<sup>4</sup> que levou multidões às ruas e praças de vários países em protesto contra os respectivos governos locais executores de políticas de austeridade, que ao salvarem os agentes financeiros, precarizaram intensamente a vida dos cidadãos. Nesse contexto pós-crise, partir de 2009, ocorreram grandes mobilizações de resistência à austeridade conhecidas como “Revolução das Praças” (*Revolução das Panelas/Revolução das Panelas e frigideiras* - 2009 na Islândia, o *Occupy Wall Street* - 2011 nos Estados Unidos, o *Movimento das Praças* na Grécia 2010 a 2012, a *Geração à Rasca* - 2011 e *Que se Lixe à Troika* - 2012 em Portugal, e *Indignados* ou 15M - 2011 na Espanha<sup>5</sup>).

Nesse sentido, este trabalho soma-se a um conjunto de esforços de pesquisa para a elaboração da tese de doutorado da autora, no que tange a elaboração de um panorama internacional sobre as lutas contra as reformas trabalhistas, que permita posteriormente, inclusive traçar relações e/ou diferenciações com o processo brasileiro.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo geral realizar um breve estudo de caso dos eventos de protestos<sup>6</sup> que se levantaram contra as Reformas

<sup>4</sup>Compreende-se que um confronto político se estabelece quando coletivamente são feitas reivindicações a outras pessoas (grupo, ente institucional) que teriam seus interesses atingidos caso as demandas fossem atendidas, e isso ocorre através de várias estratégias (ações), e depende inclusive da mobilização e das condições para que ele se estabeleça, ou seja, ele resultaria da alteração nas mudanças de oportunidades e restrições políticas (MC MCADAM, TARROW e TILLY, 2009; TARROW, 2009).

<sup>5</sup> Ver Castells (2013); Estaque (2015).

<sup>6</sup> Entende-se evento de protesto como: “Ações coletivas (envolvendo pelo menos duas pessoas), iniciadas por grupos da sociedade, de natureza extra institucional (são eventos públicos que rompem com a rotina e instauram/ou ameaçam instaurar algum tipo de dano) e voltadas a sustentar

Trabalhistas, em países como Espanha (2012) e Portugal (2012). A escolha por esses países, deve-se ao fato de terem apresentado um processo consistente de mobilizações sociais no contexto pós-crise de 2008, pela considerável facilidade de acesso às informações, e também porque suas experiências de reforma influenciaram os governos brasileiros em suas proposições, principalmente a proposta de reforma trabalhista espanhola.

Metodologicamente, realizou-se: a) revisão bibliográfica em textos teóricos e jornalísticos sobre os eventos de protesto em análise; b) inventário de materiais (vídeos documentários, fotografias disponibilizadas na internet, documentos diversos); c) elaboração de banco de dados para sistematizar as informações e possibilitar comparações entre os protestos nos países em estudo. Abordou-se o problema a partir da literatura sobre Crise do Neoliberalismo, Austeridade (políticas de austeridade); Movimentos Sociais - utilizando categorias da Teoria do Processo Político. A opção por esta teoria deve-se ao fato dela articular explicações gerais (processos políticos e questões econômicas) com os elementos de dimensão micro (como o processo de organização e aspectos culturais dos movimentos) (GOHN, 2011).

Os resultados da pesquisa serão apresentados na seção 2 deste artigo intitulada: *O contexto político-econômico desses eventos de protesto*. Esta se subdivide no tópico *os eventos de protestos contra as reformas trabalhistas*, no qual apresenta-se cinco aspectos desses protestos. A seguir, apresenta-se na seção *Conclusão*, algumas reflexões-síntese.

## 2 O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO DESSES EVENTOS DE PROTESTO

A partir de 2008, o mundo experimentou os reflexos de mais uma crise cíclica do capitalismo com impactos em escala global. Os Estados tomaram a austeridade econômica, “política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos

---

reivindicações ou queixas que, se atendidas, afetariam o interesse de outras pessoas (Tilly, 1978)” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, s.p).

PROMOÇÃO



APOIO



e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social” (DWECK, et al. 2018, p.01), como a principal saída para sanar as fraturas causadas pela crise produzida pelo sistema financeiro.

Concretamente observou-se a ação imediata dos governos nacionais na realização de corte de gastos em políticas públicas essenciais como saúde e educação, e a proposição/ aprovação em conjunto com os parlamentos de novas legislações laborais e previdenciárias com transformações consistentes na garantia de direitos dos trabalhadores, e que contribuíram ainda mais para a precarização das relações de trabalho, do aumento do custo de vida, do desemprego, e da informalidade.

No caso de Portugal e Espanha, a aprovação das reformas trabalhistas associou-se ao cumprimento das determinações da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional (FMI), indicadas como condição essencial para o recebimento da ajuda financeira no pós-crise. Portugal, por exemplo, ao executar as políticas de austeridade, entre elas as reformas estruturais (neoliberais), respondia aos objetivos do *Memorando da Troika*<sup>7</sup>, entre eles o que dizia respeito ao “Mercado de Trabalho e Educação”, que na parte sobre a Legislação de proteção do emprego, determinava:

o Governo irá efectuar reformas no sistema de protecção do emprego com o objectivo de combater a segmentação do mercado de trabalho, promover a criação de emprego e facilitar os ajustamentos no mercado de trabalho (MEMORANDO DA TROIKA, 2011).

Na Espanha, a reforma também buscou atender ao “Fondo Monetario Internacional, el Banco Central Europeo y los gobiernos de Alemania y Francia, y escrita con la pluma de CEOE y FEDEA, una fundación al servicio de la banca española” como denunciava o documento do sindicato espanhol CCOO Servicios (2012).

<sup>7</sup>O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, Memorando do Entendimento ou Memorando (Plano) da Troika, foi um documento assinado em maio de 2011 pelo governo português e entidades credoras como o FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu para pagar a dívida soberana do país, e teoricamente restabelecer a economia portuguesa (ESTANQUE, 2015).

A implementação dessas políticas de austeridade, incluindo as reformas trabalhistas regressivas aos direitos dos trabalhadores, encontrou uma série de resistências materializadas em várias ações coletivas realizadas nesses países, estabelecendo um ciclo de confronto (protestos)<sup>8</sup> contra a austeridade, iniciado em 2009, e que se pode considerar ainda em vigência em 2023. No continente europeu, onde localizam-se os países em análise, ressalta-se que ocorreram focos de resistência, tanto contra a austeridade, e também contra a democracia representativa, à medida que ao salvarem os bancos os governos explicitaram de qual lado estavam.

A partir desta contextualização indica-se que os eventos de protesto contra as reformas trabalhistas compõem esse ciclo de mobilizações, embora possuam diferenciações em relação aos processos organizativos dos demais eventos de protestos realizados nesse contexto, que em sua maioria se definiam como espontâneos, apartidários (ou apolíticos) e marcadamente críticos à democracia representativa<sup>9</sup>.

## 2.1 Os eventos de protestos contra as reformas trabalhistas

Nos dois países analisados existiram protestos organizados por movimentos sociais que rejeitaram os projetos de reformas. Eles aconteceram antes de suas aprovações, e depois da vigência das novas normativas, reposicionando a pauta de reivindicação para suas revogações/alterações.

Sabe-se que a crise econômica, resultou também em muitos países em uma crise política, estabelecendo um contexto bastante desfavorável à ação coletiva, portanto estes eventos de protesto não aconteceram devido a criação de uma estrutura de oportunidades políticas, mas sim a um outro conjunto de variáveis que

<sup>8</sup>Entende-se ciclo de confronto como “uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva (...) com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades” (TARROW, 2009, p.182).

<sup>9</sup> Ver Castells (2013); Estaque (2015).

também estimulam o confronto que são as ameaças (aos valores, interesses e sobrevivência) (TARROW, 2009).

O estudo de caso desses eventos de protestos se dará a partir de cinco aspectos: a) um breve relato sobre os protestos; b) quem são os opositores/alvos; c) por quem são organizados e que segmentos participam deles; d) o repertório de confronto utilizado; e) seus resultados e desdobramentos.

### 2.1.1 Como aconteceram? Um breve relato sobre os protestos

Em Portugal, esses protestos se iniciaram no final de 2011 e prosseguiram em 2012, inclusive após a aprovação da Lei. Aconteceram manifestações em Lisboa, na Praça do Comércio (terreiro do Paço), e espalharam-se para uma média de 38 cidades, entre elas Porto, Évora e Coimbra. Houve protesto que teve a participação de 300 mil manifestantes.

Na Espanha, os protestos começaram em 2010, mas se intensificaram em 2012, espalhando-se para uma média de 110 cidades espanholas, entre elas Valência, Bilbao e Barcelona. Em Madrid, a praça de Puerta del Sol foi um dos principais locais dos protestos.

### 2.1.2 Contra quem? Os alvos ou opositores

No confronto político as reivindicações expressas nas ações coletivas produzidas pelos movimentos sociais são dirigidas a alguém ou a um ente institucional considerado responsável pelo problema estabelecido. Neste caso, o Estado - objetivado na figura dos governos locais e dos parlamentos - configura-se como o alvo principal desses manifestantes, à medida que foram os operacionalizadores das proposições nas normativas do trabalho.

No Quadro 01, observa-se que os chefes dos Estados que ocuparam cargos durante o período em análise, são líderes de centro-direita.

País	Presidente	Partido	Espectro ideológico
Espanha	Mariano Rajoy	Partido Popular (PP)	Centro – direita
Portugal	Pedro Manuel Mamede Passos Coelho	Partido Social Democrata (PSD)	Centro – direita

**Quadro 01** - O perfil ideológico dos governos locais

Fonte: Elaboração própria (2023).

Esses dados sinalizam que no contexto posterior à crise o espectro ideológico à direita (incluindo a extrema-direita) se fortaleceu. Entretanto, sabe-se que mesmo em países de governos de centro-esquerda essas políticas também foram adotadas.

Isso ocorre porque ao serem políticas executadas no âmbito de um Estado Capitalista (neoliberal) e sendo este relacional, é atravessado pelas lutas de classe (POULANTZAS, 1980; JESSOP, 1983), portanto, essas decisões acabam sendo reflexo delas.

Nesse sentido, ressalta-se que os empresários, o setor financeiro e organismos internacionais, também se estabeleceram como alvo dessas manifestações, já que ao realizar essas reformas os governos se colocaram como seus fiadores, por isso, era comum cartazes e faixas que exploravam essa associação, como visualizado na Espanha: “Solidaridad entre los pueblos y no entre los bancos”.

### 2.1.3 Quem organizou? Organizadores e segmentos sociais participantes

Em relação à organização desses protestos, nota-se que eles foram convocados pelo *movimento sindical*, através de suas principais centrais sindicais (Quadro 02), evidenciando que ainda há um protagonismo desse tipo de movimento social<sup>10</sup>, principalmente quando se trata da defesa de direitos dos trabalhadores; o que demonstra também, a sua vitalidade mesmo diante das mudanças no perfil da

<sup>10</sup> Importante diferenciar ações coletivas (incluindo os eventos de protesto) de movimento social. Conforme Gohn (2022, p.131) “as ações coletivas são o guarda-chuva mais abrangente. Elas podem ser compostas por movimentos [sociais], coletivos, organizações civis, Ongs etc.”

organização do trabalho, da classe trabalhadora e de todas as medidas de fragilização e criminalização impostas nas últimas décadas a esse tipo de movimento.

País	Movimento Social envolvido	Entidades	Segmentos Sociais
Espanha	Movimento Sindical;  Movimento de idosos	Confederación sindical de comisiones obreras (CCOO); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Yay@flautas de Madrid	trabalhadores (transporte, construção civil); jovens; idosos; ciclistas
Portugal	Movimento Sindical  Movimento de Juventude	Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP); União Geral de Trabalhadores (UGT); INTERJOVEM	Trabalhadores (do setor de transporte, do setor portuário e marítimo, metalúrgicos, químicos, industriais elétricos, hotelaria, restauração, comércio e serviços, cimentos, minas, da administração pública), jovens

### Quadro 02 - Os sujeitos dos eventos de protesto

Fonte: Elaboração própria a partir de informações em matérias jornalísticas e materiais institucionais dos sindicatos (2022).

Em Portugal, identificou-se a ocorrência de disputas e tensionamentos no âmbito do movimento social, a partir de tentativas de negociação por parte dos governos. A União Geral dos Trabalhadores (UGT), que no início das mobilizações tinha participado de greves em conjunto com a Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP), assinou um pacto juntamente com outras entidades sindicais e patronais, que contribuía com a proposta da reforma.

Observa-se também a participação de várias categorias profissionais, abrangendo vários setores da economia. E além do movimento sindical, também aderiram aos protestos o movimento estudantil, de juventude (a INTERJOVEM da CGTP), de idosos (como na Espanha o Yay@flautas de Madrid). Os segmentos de

jovens, desempregados e aposentados foram marcantes nesses protestos à medida que as alterações propostas pelas reformas os atacavam frontalmente.

Ressalta-se que como essas mobilizações aconteceram em um panorama de indignação no qual já ocorriam várias outras manifestações (contra os cortes de gastos na educação, na ciência, contra o desemprego) elas se retroalimentaram e até se fundiram.

Em Portugal, por exemplo, os protestos por emprego, associaram-se à defesa dos direitos trabalhistas: “Contra o desemprego não fiques parado! Marcha pelo trabalho com direitos” (PANFLETO DA CGTP, 2012).

Ao refletir sobre a identidade coletiva é importante considerar a concepção ampliada de classe trabalhadora que a considera formada pela “totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados” (ANTUNES, 2020, p.95), independente da forma de organização e das entidades envolvidas, os protestos anti austeridade, incluindo os contra as reformas trabalhista são protagonizados pela classe trabalhadora em sua diversidade (mulheres, negros, imigrantes, jovens, idosos etc.).

#### 2.1.4 Quais foram as estratégias? O repertório de confronto utilizado

Em relação ao tipo de ações coletivas realizadas, observa-se a ocorrência de passeatas, greves, paralisações, e campanhas sindicais (Quadro 03) estabelecendo um repertório de confronto convencional, sendo estas um tipo de ação política inscrita no histórico de ações desenvolvidas pelo movimento sindical dos trabalhadores, em diversos momentos e em várias partes do mundo, pois como explicitam McAdam, Tarrow e Tilly (2009,p.24 ) os repertórios “são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores”.

País	Repertório de Confronto
Espanha	Greve geral; Paralisação; Barricadas/Piquetes; Campanha #29MHuelgaGeneral Vitrines quebradas, contêineres de lixo e pneus queimados
Portugal	Greves gerais e setoriais com paralisação (transporte público) Campanha: Por um Portugal com futuro

### Quadro 03 - O repertório de confronto

Fonte: Elaboração própria a partir de informações em matérias jornalísticas e materiais institucionais dos sindicatos (2023).

A partir do pensamento mais maduro de Tilly sobre repertório, Alonso (2012), atesta que a transferência de repertórios é um processo relacional e disputado; histórica e culturalmente enraizado, e balizado pelo ambiente político nacional. Ou seja, a opção por greves não é apenas por ser algo que já esperam que o movimento sindical realize, mas também por ser algo viável no contexto político apresentado.

Outro ponto a ser considerado, é a importância de dar significado a essas mobilizações pelos movimentos sociais, no que tange a comunicarem o porquê de estarem nas ruas, mas também no intento de conseguir adesão, pois de acordo com Tarrow (2009, p. 146 e 147): “a cultura da ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas de sua submissão, mobilizando-as para a ação em cenários conflituosos”.

País	Simbologias/frases nos cartazes ou panfletos
Espanha	Uso de Bandeiras vermelhas, tambores, cartazes e faixas "RIP Calidad de vida"; "RIP Trabajo Digno", "Solidaridad entre los pueblos y no entre los bancos"; "No a la reforma laboral injusta com los trabajadores y las trabajadoras,ineficaz para la economía,inútil para el empleo" ; "Trabajo sí, esclavos no"
Portugal	Uso de Bandeiras vermelhas; cartazes e faixas "Vamos dizer não ao trabalho forçado"; "Pela defesa dos Direitos e da Contratação Coletiva! Contra o aumento da exploração!"; "Aumento do horário de trabalho, não passará"; "Acabar com esta política e com este governo antes que este governo e esta política acabem com o país"; "Estamos em luta! Queremos Trabalho com direitos"; Paródia: "Ai, não nos calam!" - paródia da música brasileira "Ai se eu te pego" do cantor Michel Teló.



#### Quadro 04 - Os portadores físicos/figurativos e suas mensagens

Fonte: Elaboração própria (2023).

Para Jasper (2016, p. 76) “significados sempre tem uma dimensão física e uma dimensão figurativa, que dão forma ao que podemos ou não compreender sobre o mundo”. Nesse sentido, a partir da sua ideia de portadores físicos e portadores figurativos observa-se que durante essas ações políticas foram utilizados portadores físicos como as bandeiras clássicas do movimento sindical, e os cartazes que expunham enunciados com suas queixas (Quadro 04).

Entretanto, como pontua o autor, eles também precisam ser portadores figurativos de significado, ou seja, capazes de mexer com os sentimentos (JASPER,2016). Desse modo, os *slogans* utilizados apresentavam: a) a denúncia da relação entre os governos e o sistema financeiro (“*Solidaridad entre los pueblos y no entre los bancos*”); b) o grau de retrocesso que as alterações nos direitos levariam aos trabalhadores, equiparando suas condições de trabalho a modelos análogos à escravidão (“*Trabajo sí, esclavos no*”; “*R.I.P Trabajo Digno*”); c) o quanto tais medidas trariam reflexos danosos as próximas gerações (*Por um Portugal com futuro!*).

#### 2.1.5 O que aconteceu? Resultados e desdobramentos

Refletir sobre os resultados dos protestos, e os desdobramentos a partir deles também é importante. Primeiramente, aponta-se que nesses dois países observou-se que o Estado fez uso da violência, conforme apresentado, a seguir:

País	Uso da Violência Policial
Espanha	Uso excessivo da força policial (agressão a manifestantes com cassetetes, uso de balas de borracha, policiais sem identificação); 176 pessoas foram detidas no protesto de 29/03/2012; Número de pessoas feridas: 104 no protesto de 29/03/2012).
Portugal	Uso excessivo da força policial (agressão a manifestantes com cassetetes); Detenções sem informação dos motivos da prisão e privação de contato com a defesa; Número de pessoas feridas: 48.

#### Quadro 05 - A violência policial no combate aos eventos de protesto

Fonte: Elaboração própria (2023) a partir de dados do Informe da Anistia (2013); Portal Revista Veja (2012).

Embora, os países analisados definam-se como democráticos, e teoricamente “tienden a tolerar las movilizaciones de los movimientos sociales, e implementan formas más blandas de represión cuando tratan de controlar o pacificar el disenso de las masas” (ALMEIDA, 2020,p. 34) observa-se que no contexto pós-crise de 2008, onde se estabelece uma nova fase do neoliberalismo, há uma intensificação do autoritarismo, embora não se deva ignorar a sua relação histórica com práticas autoritárias (ANDRADE et al.,2021; DARDOT et al., 2021).

O agravante é:

sob o neoliberalismo autoritário, os grupos sociais dominantes estão menos interessados em neutralizar a resistência e a dissidência por meio de concessões e formas de compromisso que mantenham sua hegemonia, favorecendo, em vez disso, a exclusão e a marginalização explícitas de grupos sociais subordinados por meio do auto desempoderamento constitucional e legalmente engendrado de grupos nominalmente democráticos (BRUFF, 2014, p. 116 - Tradução Livre).

Desse modo, a intensificação da repressão física aos manifestantes durante os protestos é apenas uma das formas como ele se manifesta, incluindo também a criminalização dos manifestantes e dos movimentos sociais, através de prisões arbitrárias, de leis mais severas para controlar protestos e a participação social, e de decisões judiciais.

Apesar dos protestos as leis foram aprovadas, causando consistentes impactos na vida dos trabalhadores/as. Na Espanha, foi instituída através do Decreto-Ley 3/2012, mas dez anos após a aprovação, devido às mobilizações que prosseguiram e através de uma nova correlação de forças com a eleição do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) com uma ampla coalizão de apoio, foi aprovada uma contrarreforma que revogava as medidas danosas efetivadas em 2012 - episódio que inclusive tem incentivado movimentos sociais brasileiros a engrossarem o coro da pauta pela revogação da reforma laboral brasileira. E em Portugal as alterações ficaram estabelecidas por meio da Lei Nº 23/2012.

Salienta-se que nessas países, as alterações nos direitos não cessaram nestas reformas, mas se expandiram através da proposição e/ ou aprovação de outros tipos de reforma, principalmente as previdenciárias.

### 3 CONCLUSÃO

Os eventos de protestos contra as Reformas Trabalhistas inserem-se no ciclo de protestos contra as políticas de austeridade, não se configurando como medidas isoladas, e sim respondendo a um contexto internacional pós-crise, no qual os governos optaram pelas políticas de austeridade. Eles também explicitam que nesses países e em muitos outros os trabalhadores não aceitaram a alteração em seus direitos sem resistências, mesmo em um contexto de intensificação do autoritarismo.

Essas mobilizações organizadas pelas centrais sindicais, valeram-se da indignação que estava “na rua” contra todos os tipos de políticas de austeridade e seus efeitos, assim como em alguns casos contra a democracia representativa, e conseguiram a adesão de outros movimentos (estudantis e de juventude), assim como de segmentos de aposentados e desempregados.

Observa-se também o uso de um repertório clássico de ação que envolve greves gerais, passeatas e campanhas. As mobilizações nesses países, não conseguiram deter a aprovação das medidas, e prosseguiram e se reorganizaram em torno de outras pautas, como a luta pela revogação das reformas. Na Espanha, por exemplo, essa reivindicação foi atendida dez anos após a vigência da Reforma.

Esses fatos evidenciam que a luta dos movimentos da classe trabalhadora, entendendo-a de forma ampliada (e diversa), é constante, ainda mais diante da intensa precarização da vida e alteração de direitos. E que o movimento sindical - contrariando as “Teorias do Fim” dos anos 1970/1980 continuam se colocando em resistência contra os ataques aos direitos, por mais, que matérias jornalísticas e até estudos acadêmicos apostem em enfatizar mais os protestos que se caracterizam fora da institucionalidade, e espontâneos.

O que se apresenta como necessário é o estabelecimento de pontes com os diversos segmentos dessa classe trabalhadora (ampliada) diversa, que muitas vezes não é ou não se sente representada pelo movimento sindical, para o fortalecimento e alinhamento das lutas políticas no âmbito deste sistema econômico, que continua

diariamente a redefinir suas formas de exploração, e a consequente perpetuação das desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paul. **Movimientos sociales**: la estructura de la acción colectiva. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly**: História de um conceito. Revista Sociologia & Antropologia. v.02.03; Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p.21 – 41.

Andrade, D. P., Côrtes, M., & Almeida, S. (2021). Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, 34, 2021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44695>

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2013**: Estado dos Direitos Humanos no Mundo. Londres: Anistia Internacional, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRUFF, I. **The rise of authoritarian neoliberalism**. Rethinking Marxism, Abingdon, v. 26, n. 1, p. 113-129, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da Internet. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES - INTERJOVEM. **Contra o desemprego não fiques parado! Marcha pelo trabalho com Direitos** (panfleto). Lisboa: CGTP, 2012.

DARDOT, Pierre [et al.] **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DWECK, et.al. Impacto da austeridade sobre o crescimento e a desigualdade no Brasil, In: **XXIII Encontro Nacional de Economia Política**, 2018.

ESPAÑHÓIS FAZEM GREVE CONTRA REFORMA TRABALHISTA. In: **Portal da Revista Veja**, 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/espanhois-fazem-greve-contra-reforma-trabalhista>>.

PPGPP  
30 ANOS

IOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19.22  
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO CARLOS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ESTANQUE, Elísio. **Classe Média e Lutas Sociais**: ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. Teorias e Categorias de apoio às análises sobre ações coletivas destacando-se os movimentos sociais. In: **Ativismos no Brasil**: movimentos sociais, coletivos e organizações civis: como impactam e por que importam? Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

JASPER, James. **Protesto**: Uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JESSOP, Bob. **Accumulation Strategies, State Forms, and Hegemonic Projects**. In: Kapitalistate 10, 1983. p. 89-111.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confrontopolítico**. Revista Lua Nova, São Paulo, 76, p. 11-48, 2009.

ACERVO PÚBLICO PORTUGUÊS. **MEMORANDO DA TROIKA ANOTADO**. Disponível em: <<https://acervo.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado>>

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1980.

SINDICATO CCOO. Más paro y menos derechos: una Reforma Laboral pesada para satisfacer a empresarios y mercados. Sindicato CCOO: Madrid, 2012. Disponível em: <<https://www.ccoo-servicios.es/html/23363.html>>

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **“Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016).2019\_Livro de Código”**. Disponível em: <<https://www.nepac.ifch.unicamp.br/banco-de-dados>>.

PROMOÇÃO



APOIO

